Estudo analítico da documentação museológica do acervo de Numismática e Medalhística do Museu Casa de Rui Barbosa

Analytical study of the museum documentation of the Numismatic and Medalistic collection of the Museu Casa de Rui Barbosa

Álea Santos de Almeida*
Anna Gabriela Pereira Faria**

Resumo: Este estudo analisa a documentação museológica do acervo de Numismática e Medalhística do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), investigando as mudanças nos registros e sua relação com a formação em Museologia dos funcionários. A metodologia incluiu análise de livros de tomo, fichas catalográficas e anotações, além de estudo de quadro teórico sobre documentação museológica, museus-casas e a formação em Museologia. Os resultados parciais mostram que os registros priorizam informações intrínsecas (características físicas), mas sugerem uma posterior modificação na abordagem, com maior interesse pelo contexto histórico do acervo, ligado a Rui Barbosa. A pesquisa destaca a importância de integrar aspectos materiais e simbólicos na documentação museológica, contribuindo para a discussão sobre práticas em museus-casas e a influência da formação profissional.

Palavras-chave: Documentação museológica; museus-casas, numismática, acervos museológicos.

Abstract: This study analyzes the museological documentation of the Numismatic and Medalistic collection of the Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB), investigating the changes in the records and their relationship with the training in Museology of the employees. The methodology included the analysis of inventory books, cataloging cards and notes, in addition to the study of the theoretical framework on museological documentation, house museums and training in Museology. The partial results show that the records prioritize intrinsic information (physical characteristics), but suggest a change in the approach, with greater interest in the historical context of the collection, linked to Rui Barbosa. The research highlights the importance of integrating material and symbolic aspects in museological documentation, contributing to the discussion on practices in house museums and the influence of professional training.

Key-words: Museum documentation; house museums; numismatics; museum collections.

1. Introdução

Este relato tem o objetivo de descrever as ações e análises realizadas durante o primeiro ano da pesquisa intitulada “Estudo analítico da documentação museológica do acervo de Numismática e Medalhística do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB)”, do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. O objetivo deste projeto é analisar as

* Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO, graduada em Licenciatura em Música e em Museologia nesta mesma universidade. Trabalhou no Museu da Imagem e do Som (MIS) da cidade do Rio de Janeiro e na Fundação Casa de Rui. Foi coordenadora técnica no Museu Villa-Lobos. Na Memória da Eletricidade, coordenou projeto de diagnóstico de acervos museológico, bibliográfico e arquivístico do Arquivo Histórico Light. Atualmente é Técnica em Museologia no Centro Cultural Banco do Brasil. E-mail: aleaalmeida@hotmail.com

** Possui graduação em Museologia pela UNIRIO, Mestra em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST. Atualmente é Museóloga/Tecnologista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), sendo responsável pela área de Documentação do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB). Integra o grupo de pesquisa Perspectivas conceituais, memória e preservação em museus-casas (DGP/CNPq). E-mail: gabriela@rb.gov.br

mudanças ocorridas nos procedimentos de documentação museológica deste acervo, buscando compreender em que medida a formação em Museologia dos funcionários do MCRB influenciou nestas transformações. Inicialmente analisamos as práticas realizadas entre as décadas de 1930 e 1970, período em que o museu contou com o trabalho de profissionais formados pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), que posteriormente tornou-se o curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

A metodologia adotada incluiu os estudos sobre as especificidades da documentação museológica do MCRB e a formação em Museologia dos funcionários da instituição, com ênfase nos conhecimentos sobre Numismática. À luz deste quadro teórico, analisamos os livros de tomo, bem como as fichas catalográficas e de anotações.

1.1 - Os inventários e fichas catalográficas do MCRB

O MCRB foi aberto ao público em 1930, a instituição ocupa o edifício que serviu de residência para a família Rui Barbosa entre 1895 e 1924. Rui Barbosa foi advogado, político, escritor, importante figura da Primeira República brasileira. Após sua morte em 1923, inicia-se um movimento para musealização da sua residência; a casa, a biblioteca e o arquivo de Rui Barbosa foram comprados pelo governo federal em 1924 (Almeida, 2019).

Os instrumentos de documentação museológica do MCRB analisados durante a pesquisa foram os livros de tomo do acervo, inventários, fichas catalográficas e o software/banco de dados Sophia. Na publicação Plano Museológico 2018/2021 do MCRB (2018) encontramos explicações sobre estes instrumentos. Entre 1928 e 1929, foi elaborado o primeiro livro de tomo com inventário do acervo, neste mesmo livro constam ainda os inventários de 1930 e 1932. Há ainda livros de tomo com inventários de 1951 e 1966; além do arrolamento de 1984. Atualmente, o inventário do acervo é realizado bianualmente; durante a pesquisa, analisamos o último, publicado em 2020 que serviu de base para identificação dos objetos (MCRB, 2018).

Sobre as primeiras fichas catalográficas, estas foram elaboradas com a chegada da museóloga Regina Real, que iniciou o trabalho de identificação e classificação dos objetos. A profissional foi convidada na década de 1940 para inventariar o acervo do museu, enquanto ainda era funcionária do Museu Nacional de Belas Artes. Em 1955, ela foi transferida temporariamente para a Casa de Rui Barbosa, sendo efetivada em

1956. Ao longo dos anos, estas fichas foram sendo atualizadas por diferentes profissionais, como Cláudia Reis e José Manoel de Andrade Pires, museólogos do museu entre a década de 1970 até o início dos anos de 2000. Foram estes dois últimos funcionários que desenvolveram o projeto “Peça do Mês”, a partir da qual foram elaboradas as publicações da série “Estudo do Acervo do Museu Casa de Rui Barbosa”¹, com seis volumes. Atualmente o acervo museológico encontra-se catalogado e disponível na Base de dados Sophia. Também realizamos pesquisa nos relatórios de atividades da Fundação Casa de Rui Barbosa e constatamos que nestes relatórios não havia muitos registros de metodologias de documentação museológica, somente algumas menções a atividades de catalogação, sem a especificações das ações.

Questão importante no contexto dos museus-casas como o MCRB, é que edifício e objetos estão vinculados ao patrono ou personagem, que é uma espécie de linha condutora das ações destas instituições. Os acervos dos museus-casas possuem especificidades que os distinguem de outros tipos de museus. Nesses espaços, a casa e os objetos que a compõem são indissociáveis, criando uma simbiose entre o ambiente físico e a vida dos personagens que viveram na casa. O acervo é frequentemente composto por itens que pertenceram aos moradores, como móveis, obras de arte, livros, objetos pessoais e documentos, que não apenas ilustram a vida privada dos indivíduos, mas também refletem o contexto histórico e social em que eles viveram (Rangel, 2015).

Sendo assim, a documentação museológica destes espaços tende a demonstrar estas relações, à medida que os objetos são valorados a partir de seus vínculos com o patrono. Estas informações são extrínsecas aos objetos, ou seja, nos revelam seu contexto de utilização, vinculado à biografia de Rui Barbosa. Ferrez (1991) indica que estrutura informativa dos objetos é formada por informações intrínsecas e extrínsecas. As primeiras são aquelas que podem ser observadas nos próprios objetos, por meio da análise das suas propriedades físicas. As informações extrínsecas são aquelas que nos permitem conhecer os contextos dos quais os objetos fizeram parte e nos quais circularam, são obtidas no momento da entrada dos artefatos nos museus ou por meio do estudo de fontes bibliográficas e documentais (Ferrez, 1991).

No âmbito do trabalho de documentação do objeto, são realizadas pesquisas e registradas informações intrínsecas e extrínsecas, tornado o objeto de museu fonte para pesquisas científicas e estratégias de comunicação museológica. Não basta que sejam

¹ Publicações disponíveis no Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais: <<https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/discover?scope=20.500.11997%2F8807&query=Estudo+do+Acervo&submit=lr>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

registradas somente as informações intrínsecas dos objetos, é necessário reconstruir sua trajetória histórica, já que é este conjunto de informações que define o valor simbólico dos objetos. Percebe-se pela estrutura informativa do objeto que a maioria das informações que precisam ser registradas são extrínsecas e estas são de difícil obtenção, pois na maioria dos casos nunca foram registradas em fontes textuais (Ferrez, 1991).

1.2 - A formação em Museologia dos funcionários do MCRB entre 1932 e 1979

Como foi dito anteriormente, é objetivo desta pesquisa compreender as influências que a formação em Museologia dos funcionários do MCRB teve nas práticas de documentação museológica da instituição. Durante nossas análises constatamos que os conservadores e museólogos que atuaram no MCRB entre as décadas de 1930 e 1970 formaram-se no Curso de Museus (Illner, 2022), que era durante este período, no Brasil, o único curso de formação na área.

O Curso de Museus foi criado em 1932, vinculado diretamente à Direção do Museu Histórico Nacional (MHN). Inicialmente, a formação durava dois anos e tinha o objetivo de formar profissionais para trabalharem no MHN. Após reforma curricular em 1944, o curso passou a durar três anos, sendo o último constituído por matérias específicas para formação de profissionais de museus de arte ou de história. Em 1977, o curso foi incorporado à Federação das Escolas Federais isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), mas continuou funcionando no edifício do MHN. Em 1979, a FEFIERJ passou a denominar-se Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO (que posteriormente recebeu o nome atual de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Neste mesmo ano, o Curso de Museus passou a funcionar no prédio do Centro de Ciências Humanas da Unirio (Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, 2024).

Uma das principais disciplinas do curso era denominada de Técnica de Museus, ministrada por Gustavo Barroso entre 1932 e 1951. Para Barroso (1951) a Técnica de Museus era “(...) o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu” (Barroso, 1951, p. 7)². Após a reforma curricular de 1944, a disciplina Técnica de Museus foi desdobrada em três: Geral (primeiro ano), Básica (segundo ano) e Especializada. Posteriormente, em 1966,

² Posteriormente a disciplina foi assumida por sua aluna Octávia Correia de Oliveira, que permaneceu até 1972-1973. Após este período, Tereza Cristina Guimarães Moletta (formada pelo Curso de Museus em 1970) assumiu a disciplina, que passou a se chamar Museografia.

houve nova reforma curricular, mas esta manteve praticamente toda a matriz curricular de 1945 (Sá, 2019).

A influência de Barroso perdurou para além da sua permanência como professor da disciplina Técnica de Museus, pois ele formou muitos discípulos que posteriormente se tornaram professores do Curso de Museus. Em 1946, Barroso publicou a primeira edição do livro *Introdução à Técnica de Museus* (1951) que ao longo das décadas de 1950 e 1960 persistiu como uma obra de referência e de consulta entre os profissionais da área. Percebe-se a diminuição desta influência somente na década de 1970, período em que o Curso de Museus e a Museologia (nacional e internacional) passaram por grandes transformações (Sá, 2019).

Neste sentido, os parâmetros discutidos por Barroso (1951) em seu livro podem nos ajudar a compreender em linhas gerais as bases teórico-práticas utilizadas por esses profissionais para a realização de procedimentos de documentação museológica. O livro de Barroso (1951) já reproduziu a nova estrutura e conteúdo trazidos pela reforma curricular de 1944: é dividido em Técnica de Museus Geral, Básica e Especializada. Como nos interessa mais as orientações para a catalogação do acervo, analisamos mais de perto a seção do livro que trata deste procedimento. Barroso (1951) define os instrumentos e níveis de informação que fazem parte da catalogação: a) Numeração e etiquetagem: servem para facilitar o serviço de inventário, identificando os objetos fisicamente; b) Catálogo enumerativo (sumário): sínteses das informações contidas nas etiquetas, quando reunidas em um folheto ou livro, também podem ser utilizadas por visitantes e consulentes; c) Catálogo descritivo: mais detalhado, amplia as informações contidas nas etiquetas, segundo Sá (2019), o Catálogo descritivo devia apresentar as obras expostas por sala, é uma espécie de guia; d) Catálogo comentado: contém informações pormenorizadas sobre os objetos, que são fruto das pesquisas realizadas pelo corpo técnico do museu; é um instrumento destinado aos especialistas; e) fichário: as explicações não são precisas, mas Barroso (1951) define o fichário como “(...) uma resenha perfeita de todo o material estudado, verificado e catalogado, com as comprovações de sua autenticidade, toda a sua existência, (...)” (Barroso, 1951, p. 12), este também devia conter fotografias dos objetos. Barroso (1951) apresenta um modelo de ficha de catalogação de acervo – este foi comparado com fichas utilizadas na documentação museológica do MCRB.

Sobre a classificação dos acervos, Barroso (1951) indica que esta é a parte mais complexa da técnica de Museus, pois exigia muitos conhecimentos especializados adquiridos por meio da prática e de estudos teóricos. A base deste estudo era a

pluridisciplinaridade, passando por áreas como História, História da Arte, Arqueologia e Etnografia, Numismática, entre outras. Ainda que Barroso reconheça no livro a função social e educativa dos museus, ele deslocava o foco de atenção das relações entre museu e sociedade para domínio do conhecimento do acervo. Por este motivo, era necessário o estudo das diversas disciplinas que constituíam o que Barroso denominava de Técnica de Museus (Sá, 2019). Percebe-se que um dos objetivos da disciplina era desenvolver nos alunos a capacidade de classificarem os acervos a partir do conhecimento de áreas diversas.

1.3 - Disciplina Numismática

No âmbito da formação em Museologia, os assuntos relacionados à Numismática eram ensinados em disciplina específica que era dividida em Numismática I e Numismática II. Barroso (1951) justifica esta organização argumentando que os assuntos referentes a Numismática tinham grande importância na formação e precisavam ter cátedras específicas³. A análise do documento (que faz parte do acervo do MHN) *Relação dos Currículos adotados de 1932 a 1975*, elaborado por Anna Barrafato (1975) (coordenadora do Curso de Museus entre 1974 e 1977), indicou que a disciplina Numismática inicialmente tinha grande importância, já que ocupou bastante tempo da formação, porém, a partir de 1971, estes conteúdos perdem relevância, pois a cadeira deixa de fazer parte da formação básica e passa a ter carga horária cada vez menor. Sá (2022) explica que no final da década de 1960 e início da década de 1970, há a atualização e assimilação de novos modelos conceituais na formação em Museologia. Principalmente a década de 1970 foi marcada por uma série de mudanças que visavam a atualização do curso, favorecidas pelo contexto internacional de movimentos libertários e pela mobilização política e social dos jovens, o que contrastava com o contexto do Brasil, que passava pela fase inicial da ditadura militar (Sá, 2022).

Dessa forma, neste período houve uma série de reformas que introduziram novos conceitos e uma nova concepção de Museologia, com a mudança nas denominações das disciplinas que refletiam uma tendência menos técnica e mais conceitual. A reforma mais decisiva do período se consolidou em 1975, oficializada no “Regimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação” (CFE). Este regimento revelou um comprometimento com o campo da Museologia (compreendida de forma mais ampla) e com preocupações relacionadas à responsabilidade social e ao

³ O primeiro professor da disciplina Numismática, entre 1932 e 1954, foi Edgar Romero; posteriormente a cadeira foi assumida por Dulce Cardozo Ludolf, professora da disciplina em 1967, 1968, 1970, 1973 e de 1974 a 1985.

desenvolvimento do país (Sá, 2022). Assim, é possível afirmar que neste período há um deslocamento de interesse dos objetos móveis e materiais para as relações entre o patrimônio e os grupos sociais, há uma ampliação da noção de objeto de museu. Neste contexto, o ensino voltado para a classificação dos acervos perde importância e os temas transversais que incluem as relações entre grupos sociais, territórios e patrimônios tornam-se essenciais para as práticas de musealização. A disciplina de Numismática justamente era um dos muitos assuntos que eram utilizados como fundamentos para as práticas de classificação dos acervos.

Com relação aos assuntos tratados na disciplina numismática, analisamos os conteúdos programáticos das matrizes curriculares do curso, acervo pertencente ao “Núcleo de Memória da Museologia no Brasil” (NUMMUS/UNIRIO). Como se trata de muitos documentos referentes ao período analisado (entre 1932 e 1979), optamos por realizar uma investigação aprofundada somente das matrizes curriculares que representam cada grande período de estabilidade curricular. Assim, analisamos uma matriz curricular do período que vai de 1932 a 1944 (ano da reforma curricular), outra de 1945 a 1966 (quando é realizada outra reforma curricular) e uma da década de 1970 (quando se iniciam as transformações discutidas anteriormente)⁴.

Algo comum a todas as matrizes curriculares é a proposta de estudo das medalhas, ou o que se denomina medalhística dentro da disciplina de Numismática. Já que o nome da disciplina em todas as Matrizes é Numismática, subentende-se que se considera a medalhística como parte integrante da numismática, que seria a área mais abrangente. Analisando as matrizes curriculares selecionadas, no que diz respeito aos conteúdos programáticos, é possível afirmar que há uniformidade entre 1932 e 1966. Já na década de 1970, percebemos grandes mudanças, nota-se a utilização de temas mais transversais e a organização cronológica, estruturante nos programas anteriores, não é a principal forma de organização dos assuntos tratados em 1975⁵.

Entre 1932 e 1966 há uma concentração maior em assuntos bem específicos da Numismática, indicando que talvez o objetivo do ensino estivesse voltado para a classificação dos itens do acervo dentro do universo desta disciplina, inclusive estabelecendo os períodos de produção/emissão dos itens. Na década de 1970, os

⁴ Os documentos analisados foram: 1) Período entre 1932 a 1944: “Regulamento a que se refere o decreto Nº 24.735 de 14 de Julho de 1934” (Museu Histórico Nacional, 1934); 2) Período entre 1945 a 1966: “Instruções para matrícula 1956” (Universidade do Brasil, 1956); 3) Década de 1970: Matriz curricular de 1975 (Museu Histórico Nacional, 1975).

⁵ Por exemplo, temos uma grande temática intitulada “Relacionamento da Numismática com outras Ciências”, que busca estabelecer o diálogo interdisciplinar da Numismática com a Economia, a Metrologia, a História política e social, entre outras disciplinas (Museu Histórico Nacional, 1975).

temas transversais parecem explorar mais os valores imateriais associados aos acervos de numismáticas, as relações mais abrangentes entre estes e o meio social. Aponta-se uma ênfase numa maior exploração das informações extrínsecas, ou seja, dados sobre o contexto dos objetos e o valor deste no meio social.

Com relação aos modelos de fichas catalográficas para acervos de numismática, buscamos estes padrões no acervo do NUMMUS, porém até o presente momento não encontramos fichas que fossem indicadas como ideais pelos professores de Numismática. Porém, acreditamos que podemos inferir que as fichas catalográficas do MHN possivelmente foram indicadas como modelos no Curso de Museus, já que este inicialmente estava voltada para a formação de profissionais para a instituição e que este museu tem um importante acervo de Numismática. Sendo assim, analisamos as fichas catalográficas da instituição de 1944, 1955 e 1988. Comparamos estas fichas com instrumentos de registro do Museu Casa de Rui Barbosa com o objetivo de identificar influências

2. Análise da documentação museológica

As reflexões apresentadas anteriormente serviram de fundamentação teórica para as análises da documentação museológica do acervo de Numismática e Medalhística, o trabalho foi organizado em duas linhas de ação: 1) investigação dos livros de tombo; 2) digitalização e análise das fichas catalográficas e anotações do acervo, bem como das fichas da base de dados Sophia. Abaixo detalharemos os resultados parciais dessas análises.

2.1 - Investigação dos livros de tombo

Os livros de tombo analisados foram os citados no plano museológico da instituição, como descrevemos na introdução. Nosso objetivo foi reunir informações sobre cada item do acervo classificado como de Numismática e medalhística para que pudessemos comparar não somente os campos estipulados nos livros, como também as diferentes formas de preenchimento.

Silva (2019) explica que no primeiro inventário, realizado entre 1928 e 1929, não é possível identificar uma metodologia específica (vinculada à Museologia), os campos registram informações gerais, básicas sobre cada item. Nesta listagem, os itens são agrupados por localização, ou seja, por cômodo. Sendo assim, os ambientes estruturam o entendimento dos objetos que são vistos como parte de um contexto maior, representado por cada cômodo (Silva, 2019). De fato, os responsáveis por este

inventário foram o porteiro conservador Antonio J. da Costa e o zelador Fernando Nery, que não tinham formação na área de Museologia, até mesmo porque o Curso de Museus foi criado somente em 1932.

Já no inventário de 1932 percebemos alteração mais significativa. Uma numeração sequencial é estabelecida, esta é o principal guia para entendimento da listagem e não mais os cômodos, como nos inventários anteriores. As descrições são mais detalhadas e no campo *Observações*, em alguns casos, é registrada a procedência dos itens. Neste inventário, além de Antônio da Costa, também foi responsável pelo trabalho o zelador interino Múcio Vaz e o especialista em conservação Octavio Amorim do Vale, conservador da Faculdade de Medicina (Silva, 2019). Neste arrolamento, talvez pela participação de um conservador, percebemos noções mais próprias do campo dos museus e Museologia, como o entendimento da unicidade e singularidade de cada objeto como estruturante do sistema de organização do acervo. Além disso, as descrições mais detalhadas indicam a preocupação justamente com a singularidade de cada item. Já o registro da procedência indica algum entendimento da importância das informações extrínsecas dos objetos.

No terceiro livro, com registros de 1966, elaborado pela museóloga Regina Real (formada pelo Curso de Museus) é apresentada a classificação do acervo, que aparentemente é a primeira da instituição. Dessa forma, os objetos passam a ser categorizados segundo esta classificação. A partir daí, os cômodos perdem cada vez mais espaço como elementos organizadores dos inventários e as categorias e coleções passam a estruturar os livros de tombo (Silva, 2019). Já no livro de 1984, o acervo é dividido em dois livros, um para os objetos que pertenceram diretamente a Rui Barbosa ou a sua família (livro A) e outro para os objetos que se relacionam (de diversas maneiras) com o intelectual.

De maneira geral, constatamos que os cinco livros possuem campos que privilegiam informações intrínsecas ao objeto, ou seja, relacionadas às características materiais dos itens. Quando há preocupação com dados extrínsecos, estes se referem à procedência. Sendo assim, apesar de não termos ainda encontrado registros com declarações expressas dos profissionais, o objetivo geral destes inventários parece ser o controle do acervo, em termos quantitativos, bem como de localização/ movimentação e valor financeiro. Em 1951, com a inclusão do campo “Procedência”, percebe-se uma busca de controle sobre a questão da propriedade do objeto. A elaboração em 1966 da classificação e consequente categorização do acervo é também uma mudança bastante significativa. Criada por profissional formada pelo Curso de Museus, podemos perceber

a influência dos conteúdos ministrados na disciplina Técnica de Museus, que, como vimos, destacavam a classificação dos acervos como sendo uma das principais ações para controle e estudo dos acervos. Percebe-se que a classificação do MCRB se baseia principalmente em agrupamentos que estabelecem afinidades por características físicas, novamente são priorizadas as informações intrínsecas dos objetos. Em 1984, as categorias da classificação permanecem, mas há ainda uma segunda categorização, centrada na procedência dos objetos, separando os objetos em coleções.

Dessa forma, de maneira geral, o que há em comum nas metodologias destes inventários é o enfoque no registro de informações intrínsecas dos objetos, no controle da localização e na classificação dos itens – sendo que este último procedimento é adotado a partir de 1966. Sobre a estrutura de organização, como mencionado anteriormente, Silva (2019) já indicou que inicialmente os cômodos eram os principais elementos organizadores e que posteriormente os objetos foram sendo categorizados e a classificação tornou-se mais importante. Percebe-se que atualmente há um caminho de retorno para o entendimento dos vínculos entre os objetos e os respectivos ambientes, já que no inventário de 2020 a listagem dos objetos volta a ser feita por cômodo. Dessa forma, percebe-se como os vínculos entre objetos, ambiente e personagem são importantes no contexto dos museus-casas, assim como descrito por Rangel (2015).

Analisando as formas de preenchimento dos campos dos inventários também é possível fazer algumas observações sobre a padronização dos registros. De maneira geral, percebe-se que há a tentativa de padronização geral dos campos, mas que muitas vezes falha, como no caso do registro dos nomes no campo procedência. Podemos supor que a tentativa de padronização indica que é possível que existissem regras gerais de preenchimento compartilhadas pelos responsáveis pelo trabalho, mas as muitas variações talvez indiquem que estas regras fossem compartilhadas de forma oral e não tanto por meio de regras escritas, que posteriormente orientassem a revisão dos registros.

Retomando o que foi discutido sobre a formação oferecida pelo Curso de Museus, buscamos identificar nos inventários os níveis de documentação propostos por Barroso (1951). Estes inventários poderiam ser identificados com os primeiros níveis de documentação propostos na disciplina Técnica de Museus e no livro de mesmo nome: a) Numeração e etiquetagem, que, como vimos, são práticas que servem para facilitar o trabalho de inventário e identificação dos objetos fisicamente; b) Catálogo enumerativo (sumário): provavelmente após a etiquetagem e numeração física dos objetos (ou simultaneamente), os dados eram reunidos nos livros de tomo. Estes são os níveis de

informação que podem ter sido utilizadas pelo menos no inventário de 1966, quando já se pronunciam procedimentos próprios da Museologia.

2.2 - Digitalização, organização e análise das fichas catalográficas, de anotações e base de dados Sophia

As fichas catalográficas (em papel) utilizadas ao longo dos anos pelos profissionais do museu atualmente estão armazenadas no MCRB. Antes de realizarmos as análises, digitalizamos as fichas referentes ao acervo classificado como de Numismática e Medalhística. É importante sinalizar que nem todas as fichas encontradas são propriamente fichas catalográficas, muitas contêm anotações diversas, que também são dados importantes sobre o acervo, apesar de não possuírem campos e de (aparentemente) serem preenchidas sem intenção de padronização. Sendo assim, realizamos uma primeira divisão entre fichas catalográficas e fichas de anotações. Enquanto nas primeiras foi possível a identificação de modelos, nas fichas de anotação a mesma classificação não se mostrou viável, já que não há padronização suficiente para indicarmos modelos. Por este motivo, as fichas de anotações foram preliminarmente organizadas em duas categorias que indicam somente características físicas: as datilografadas e as manuscritas.

Após a digitalização das fichas, realizamos o trabalho de transcrição das informações de todas as fichas para planilha única, o objetivo foi reunir todos os dados dos objetos para que pudéssemos fazer comparações. Dessa forma, percebe-se que as fichas em geral se mantêm no nível de informação que Barroso (1951) indicou como sendo o do catálogo descritivo, ou seja, mais detalhado que o catálogo enumerativo, já que amplia as informações contidas nas etiquetas. Estas informações vão para além da identificação (função principal do procedimento de etiquetagem), reunindo diversos dados sobre as características materiais dos objetos. Sendo assim, as fichas analisadas até o momento se concentram principalmente em informações intrínsecas dos objetos, apresentando em poucos casos registros de informações extrínsecas, ou seja, sobre o contexto dos itens. Analisando as informações de cada objeto é possível perceber que existem muitas similaridades entre as fichas, não somente no que diz respeito ao enfoque nos dados intrínsecos, mas também às informações registradas e aos campos utilizados. Talvez por consequência do enfoque nas informações intrínsecas, há bastante compatibilidade entre os campos das fichas. Existem diferenças nas denominações dos campos, mas é possível perceber que os objetivos destes metadados são semelhantes.

Outra constante nas fichas analisadas é o registro da classe do objeto dentro da classificação do MCRB, registrada no livro de tombo de 1966. Aparentemente o campo categoria permanece nos modelos pelo menos até a década de 1980. Este fato fortalece a ideia da influência da formação do Curso de Museus e do livro *Técnica de Museus* (Barroso, 1951) nas práticas de documentação museológica do MCRB, já que, como discutido anteriormente, o curso se preocupava em formar profissionais capazes de classificarem os acervos. Apesar da classificação dos itens na categoria Numismática e Medalhística, percebemos pouco reflexo nas informações registradas dos conteúdos ministrados na disciplina Numismática. Somente são utilizados termos específicos (anverso, reverso, enxergo, entre outros) e na base de dados Sophia há o registro de bibliografia vinculada à Numismática (campo “Fontes”), mas não é possível identificar nas fichas temas similares aos conteúdos listados nas emendas da disciplina.

Comparando as fichas do MCRB com o modelo apresentado por Barroso (1951, p. 82), percebemos que ambos se concentram no registro de informações intrínsecas. Porém, o modelo proposto por Barroso (1951) possui um campo denominado de “Descrição, histórico e comentário do objeto” que parece ser de preenchimento mais livre e que se concentra em informações extrínsecas, sobre a trajetória social do objeto (histórico) e relações que este pode traçar com outros temas de discussão (comentário do objeto). Na leitura do livro “*Técnica de Museus*” (1951) não foi mencionada nenhuma metodologia específica para o estudo das informações extrínsecas. Talvez pela falta de metodologia específica para estudo de informações de contexto do objeto, campos como este não são tão comuns nas fichas do MCRB que, como vimos, se concentram em informações intrínsecas.

Já na comparação com os modelos de ficha do Museu Histórico Nacional (MHN), tentamos realizar as análises cotejando fichas que tivessem sido elaboradas em períodos aproximados. Dessa forma, nesta investigação, observamos que os modelos de ficha do MHN de 1944 e 1955 possuem campos que se concentram em características específicas do acervo classificado como de Numismática e Medalhística, tais como “Casa Monetária, Módulo, Peso, Período, Metal”. Além disso, no preenchimento dos campos observamos vários termos específicos da área, principalmente no campo *Descrição*. Esta especificidade não está presente nos modelos de ficha do MCRB, que possuem campos que poderiam ser utilizados para outros acervos da instituição.

Neste ponto, observamos um fato importante sobre os modelos de ficha do MCRB: apesar da presença constante do campo “Categoria” que indica o objetivo de

classificar o acervo, os diferentes tipos de categoria de objetos não são tratados por modelos de fichas diferentes, ou seja, que considerem as especificidades das categorias. Assim, há o entendimento de que o acervo é de Numismática e Medalhística, mas isto não modifica seu tratamento, fato que pareceu ocorrer no MHN. Em termos de semelhanças, nos dois modelos as informações extrínsecas do objeto são registradas em somente um único campo, de preenchimento mais livre. De maneira geral, seria difícil supor que há uma influência destes modelos nas práticas de documentação museológica do MCRB do período.

O modelo de ficha de 1988 do MHN foi comparado com as fichas do mesmo período do MCRB. Nesta análise encontramos mais semelhanças, pois o modelo de ficha do MHN não se concentra mais nas especificidades e terminologia da Numismática e Medalhística. É também uma ficha que se concentra no registro de informações intrínsecas e que poderia ser utilizada para outros tipos de acervo, assim como ocorre com as fichas do MCRB. Neste caso, poderíamos supor que há uma influência dos procedimentos do MHN nas práticas do MCRB, porém, como vimos, a partir da década de 1970 há uma mudança grande na formação dos museólogos, o que indica que outros fatores relacionados com essas transformações podem ter influenciado as práticas de ambas as instituições. Além disso, com a mudança do Curso de Museus do espaço do MHN para a Unirio, podemos supor que houve um distanciamento entre as práticas desta instituição e a formação dos museólogos⁶.

Na investigação das fichas de anotações inicialmente realizamos a análise individual das fichas e posteriormente elaboramos observações gerais, já que também existem muitas semelhanças. A maior parte dos dados registrados nestas fichas são extrínsecos, principalmente sobre participação em exposições, mas também informações sobre recibos, a existência de outros exemplares. O procedimento de classificação, marcante nas fichas catalográficas, também está presente nas fichas de anotações. No âmbito da análise da influência dos conteúdos da disciplina Numismática, foi encontrada uma ficha manuscrita com informações sobre os processos de fabricação de medalhas. Nos conteúdos programáticos da disciplina encontramos, nos três

⁶ Inicialmente, o curso de Museus era estruturado por corpo docente formado majoritariamente por funcionários do MHN. Porém, na primeira metade da década de 1970, período em que aconteceram reformas curriculares que prepararam o curso para sua incorporação à universidade em 1977, houve grandes mudanças no corpo docente. Vários professores do Curso se aposentaram e, devido à falta de recursos, houve dificuldade para contratação de novos professores. Surgiu assim, os professores conferencistas, docentes contratados por curto período e recebendo baixos salários, já que não era possível a realização de concursos para provimento de vagas efetivas (Sá, 2022). Este fato também pode ter afastado as práticas do MHN da formação em Museologia, que passou a contar com professores que não pertenciam ao quadro de profissionais do Museu.

períodos analisados, conteúdos relacionados aos processos de fabricação de moedas, mas não de medalhas. Apesar das semelhanças, há diferenças na fabricação de moedas e medalhas, sendo assim, não foi possível considerar relações entre a ficha de anotação do MCRB e os conteúdos ministrados na disciplina ao longo dos anos.

De forma geral, tanto as fichas catalográficas quanto as de anotações repetem informações ao longo dos anos e, como dito anteriormente, os campos das fichas catalográficas permanecem (em sua grande maioria) os mesmos ao longo dos anos. Uma hipótese possível é que as metodologias de registro possam não ter sofrido grandes mudanças ao longo dos anos, mas a intenção ou o objetivo por trás desses registros pode ter se transformado. É provável que antes da década de 1970, a catalogação e anotações tivessem o objetivo principal de controle do acervo no sentido de sua localização, identificação das principais características materiais. A partir da década de 1970, os registros podem ter tido também o objetivo de identificação de itens para pesquisas sobre dados de contexto que conectassem os objetos a Rui Barbosa. Estas informações e pesquisas podem ter gerado produtos como o projeto “Peça do Mês” e as publicações “Estudo do Acervo do Museu Casa de Rui Barbosa”, mencionados na introdução.

4. Considerações finais

A realização deste estudo analítico da documentação museológica do acervo de Numismática e Medalhística do Museu Casa de Rui Barbosa proporcionou uma oportunidade de aprendizado e reflexão sobre a importância da documentação museológica, bem como do registro das metodologias utilizadas neste trabalho. A análise das fichas catalográficas e de anotações, bem como dos livros de tomo demonstrou que, embora as metodologias de registro possam ter permanecido relativamente estáveis ao longo dos anos, as intenções e os objetivos por trás desses registros podem ter mudado significativamente. Para o segundo ano da pesquisa, no âmbito das reflexões teóricas, será necessário aprofundar o estudo sobre as mudanças ocorridas na formação em Museólogos funcionários do museu a partir da década de 1970. Além disso, também será necessária investigação sobre os principais conceitos e práticas associados à documentação museológica ao longo dos anos.

Referências

ALMEIDA, Álea Santos de. A pesquisa e catalogação dos cômodos-objetos do Museu Casa de Rui Barbosa. In: 4º SEBRAMUS: Seminário Brasileiro de Museologia: democracia: desafios para a universidade e para a museologia. Organizado por Ana Lúcia de Abreu Gomes *et al.* Anais [...]. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2020. p. 1336-1357.

BARRAFATO, Anna. *Relação dos currículos adotados de 1932 a 1975*. Acervo do Museu Histórico Nacional. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&Pesq=Rela%c3%a7%c3%a3o%20dos%20Curr%c3%adculos%20adotados%20de%201932%20a%201975&id=3062008562324&pagfis=40239>. Acesso em: 20 out. 2024.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à Técnica de Museus – Volume 1, Parte Geral e Parte Básica*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Curso de Museus*. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Relatorios,%20Curso%20e%20Museus%20e%20Acervo%20Gustavo%20Barroso&pesq=biblioteca&pagfis=45176>. Acesso em: 20 out. 2024.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: Fórum Nordestino de Museu, 4., Recife. Trabalhos apresentados. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/205957151/FERREZ-Helena-Dodd-Documentacao-Museologica-Teoria-para-uma-Boa-Pratica-in-IV-Forum-de-Museus-do-Nordeste-1991-Recife>. Acesso em: 20 out. 2022.

ILLNER, Ingrid. *Projeto: Estudo analítico da documentação museológica do Museu Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 2022. 76 p. Digitado.

MUSEU CASA DE RUI BARBOSA. *Livros de tombo de 1932, 1951, 1966 e 1984*. Arquivo Institucional da FCRB. Rio de Janeiro: 1932, 1951, 1966, 1984. Manuscritos.

MUSEU CASA DE RUI BARBOSA (MCRB). *Plano museológico Museu Casa de Rui Barbosa* [recurso eletrônico]: 2018 - 2021. Organização de Aparecida Rangel, Anna Gabriela Faria, Márcia Pinheiro e Nayara Cavalini. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Regulamento a que se refere o decreto Nº 24.735 de 14 de julho de 1934*. Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/UNIRIO). Rio de Janeiro, 1934.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Matriz curricular de 1975*. Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/UNIRIO). Rio de Janeiro, 1975.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Fichas catalográficas de 1944, 1955 e 1988*. Acervo do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1944, 1955, 1988.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Orientadora: Myrian Sepúlveda dos Santos. Disponível em: <https://bit.ly/2rduBOI>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SÁ, Ivan Coelho de. *Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Escola de Museologia – UNIRIO, 2019.

SÁ, Ivan Coelho de. Curso de Museologia-UNIRIO: 90 anos de avanços e desafios. *Museologia e Patrimônio*, v. 15, n. 2, p. 19-49, 2022.

SILVA, Michelle Louise Guimarães da. *Projeto: Estudo analítico da documentação museológica do Museu Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 2019. 34 p. Digitado.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. *Instruções para matrícula 1956*. Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS/UNIRIO). Rio de Janeiro, 1956.

Data de recebimento: 23.01.2025

Data de aceite: 31.03.2025